



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.**

**PROJETO DE LEI Nº 111/2019**, de autoria do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** que dispõe sobre autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.

A proposição foi protocolizada no dia 29 de novembro de 2019 e veio a esta Comissão para análise e parecer.

Este é o Relatório.

O presente Projeto de Lei objetiva abrir crédito adicional suplementar para suprir os gastos referentes à bolsa de formação dos profissionais vinculados ao Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, conforme disposto na Lei nº. 6.651/19.

A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa, quanto a estes requisitos observa-se seu a existência no projeto. Conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, os créditos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, são recursos para este fim, havendo assim respaldo jurídico.

Trata-se de matéria atinentes à Administração e encontram - se devidamente atendidos os requisitos legais. Diante do exposto esta comissão não vê óbice legal para encaminhamento da matéria ao Plenário para discussão.

**PELO EXPOSTO**, esta Comissão é pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 111/2019**.

Sala das Comissões, em 30 de dezembro de 2019.

  
**JOLIMAR BARBOSA DA SILVA**  
PRESIDENTE

  
**JUAREZ FADINI**  
VICE - PRESIDENTE

  
**ZAQUEU ALVES PEREIRA**  
MEMBRO